

# POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

**RIBEIRO, Gabriela Machado<sup>1</sup>; MARIN, Elizara Carolina<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física- ESEF/UFPel. Bolsista CAPES  
Demanda Social. [gabimacrib@yahoo.com.br](mailto:gabimacrib@yahoo.com.br)*

<sup>2</sup>*Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Física- ESEF/UFPel.  
[elizaracarol@yahoo.com.br](mailto:elizaracarol@yahoo.com.br)*

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, apesar das diferentes facetas das manifestações de esporte e lazer estarem sendo pesquisadas, o papel das universidades enquanto promotoras de políticas e concretizadoras de ações planejadas é uma questão bastante incipiente na área.

Na atual conjuntura, as lacunas existentes no rol das políticas sociais são, em grande medida, oriundas das políticas neoliberais (LINHALES, 1998). Essas, entre outras diretrizes, preconizam o descomprometimento do Estado com as questões sociais, fomentam a minimização da participação estatal na economia do país e no mercado de trabalho e acenam para uma economia alicerçada nas empresas privadas e nos princípios do capitalismo (FRIGOTTO, 2008).

Nesta perspectiva, cabe ressaltar que no trato de políticas públicas, seja de qual for a natureza, é preciso levar em conta as estruturas de poder e dominação existentes bem como os conflitos que permeiam o contexto social e convergem no Estado, a medida que o estabelecimento de políticas públicas pressupõe imprescindivelmente eleger prioridades (MANHÃES, 2002).

A universidade, como instituição social, não está alheia a estrutura social mais ampla e aos valores perpetuados pela sociedade civil e pelos seus órgãos mantenedores. Em meio aos inúmeros conflitos de interesses as universidades públicas estabelecem sua missão, suas prioridades expressas na elaboração das políticas institucionais e nas metas a serem alcançadas.

Ciente dessas implicações procuramos neste trabalho subsidiar a compreensão da maneira como as universidades públicas brasileiras têm compreendido as manifestações de esporte e lazer enquanto viés de formação humana na formulação de suas políticas de desenvolvimento institucional, na destinação de recursos financeiros, na proposta pedagógica, entre outros.

Acenamos para a necessidade de reflexão e produção de conhecimento acerca do entendimento das universidades sobre as questões relativas ao esporte e ao lazer no contexto universitário, tendo em vista que essas instituições têm como uma das responsabilidades refletirem sobre os significados sociais e os modelos científicos que envolvem as questões decorrentes da realidade social.

Partimos do princípio que o lazer configura-se como uma possibilidade de prática de emancipação, durante o tempo livre, com grande potencial de formação e educação humana. Entendemos que a inclusão aos bens sociais e culturais faz parte da formação cidadã do sujeito e que o esporte e o lazer na universidade devem emergir com novas práticas a partir de um modelo que ofereça contribuições significativas à formação de seus alunos e comunidade. Cabe ressaltar que a compreensão da dimensão educativa do lazer pode viabilizar a

formação de sujeitos com uma postura crítica perante aos produtos da indústria cultural e conduzir a uma melhor compreensão da necessidade de reivindicar políticas públicas de esporte e lazer.

Assim, estabelecemos como objetivo deste trabalho investigar se as universidades públicas brasileiras investem em políticas de esporte e lazer e qual o teor das propostas existentes.

## METODOLOGIA

Este estudo tem caráter descritivo e explicativo e será realizado a partir da abordagem qualitativa com o intuito de descrever, compreender e interpretar como as universidades federais brasileiras tratam as questões do esporte e lazer com base na análise de documentos, isso a partir da consulta das orientações legais do MEC para as universidades, delimitamos os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Político Pedagógico (PPI) e Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e subjacentes (Leis, Decretos, Pareceres que os instituem, e os regulamentam), como fontes primordiais para a construção de interpretações e alcance de tal entendimento. A análise dos dados foi feita através da análise de conteúdo que, conforme Bardin (1977, p. 36), sinaliza a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise de comunicação “visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação das universidades brasileiras com o esporte e lazer, ao datarem de longo tempo, evidenciam que até a década de 1940 essas manifestações emergiam no bojo das instituições universitárias, sem interferências diretas do Estado (STAREPRAVO, 2005).

Após a instituição de diferentes decretos e leis, na década de 70, Educação Física passou a ser disciplina obrigatória aos alunos de graduação de todos os cursos de ensino superior. Por meio de decreto de lei as universidades passam a ter o dever de estimular atividades de Educação Física e desportos mantendo orientação adequada e instalações especiais. Neste contexto, Castellani Filho (1994), destaca que a Educação Física é implementada nas universidades com o objetivo explícito de desenvolver práticas compensatórias e funcionalistas de lazer, proporcionar práticas desportivas fundamentadas em resultados quantificáveis e, principalmente, promover desmobilização política dos estudantes nos “Campus Universitários”, que na época constituíam e representavam um importante foco de resistência à ditadura militar.

A maneira como as atividades físicas foram propostas e o caráter competitivo em que foram instituídas, bem como a valorização do brasileiro-desportista, além de evidenciar as fortes estratégias de governo para o controle e desmobilização da comunidade universitária, também acarretaram a descaracterização e destituição do significado e papel da Educação Física enquanto componente de formação do homem através da dimensão corporal.

Se na época o esporte universitário devia, como relembra Castellani Filho (1994), cumprir a “função de envolver os estudantes em práticas esportivas e lúdicas como uma ação estratégica de distração para contrapor e/ou controlar as

práticas políticas militantes de combate ao poder militar”, atualmente, a situação passou a totalmente inversa. Da obrigatoriedade a prática desportiva passou a ser quase que negligenciada nos *campus* universitários. Foram reduzidos drasticamente os incentivos a práticas desportivas competitivas, às possibilidades da prática da atividade física para melhoria da qualidade de vida, foram limitadas as oportunidades de práticas corporais enquanto forma de aprendizagem cultural, e é escasso o apoio a participação em atividades de lazer decorrentes de programas organizados na perspectiva da formação educacional e cultural dentro da Universidade.

Atualmente o esporte universitário destaca-se, sobretudo, nas instituições privadas. Conforme destaca a Revista da Confederação Brasileira de Desporto Universitário (RCBDU, 2008), o esporte é tido como um instrumento de educação, socialização e principalmente um investimento. Enfatiza, a partir da fala de um gestor de universidade particular, que o incentivo à prática esportiva além de complementar a formação acadêmica e o desenvolvimento social dos alunos, permitindo que muitos jovens tenham acesso ao ensino superior graças às bolsas de incentivo, possibilita através dos resultados de equipes e atletas em torneios universitários, campeonatos nacionais e, até, Pan-Americanos e Olimpíadas, gerar visibilidade às IES na mídia. Nesse modelo de organização são estabelecidas parcerias entre faculdades, clubes e prefeituras.

Starepravo et al. (2010), explicam que após vivenciar um período de crise a partir do final da década de 80 até início dos anos 2000, o esporte universitário passou a por uma transição. Com a criação do Ministério dos Esportes, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a divisão do Esporte Universitário. Atualmente, há um movimento do governo federal em direção ao fomento do esporte de rendimento e uma recente iniciativa de incentivo ao esporte e lazer através da implantação de Programas Piloto (PST, PELC) em algumas universidades federais.

Ao direcionarmos o olhar para a forma como as universidades tratam as questões relacionadas ao esporte e o lazer em seus documentos podemos acenar, a partir de uma pré-análise, a emergência de categorias referentes à frequência com que o tema é abordado; a forma como é mencionado/redigido; o teor do trato com as questões do esporte e lazer e a (des) articulação com a política nacional de esporte e lazer.

A análise do material coletado nos possibilita apontar que todas as universidades selecionadas, pelo menos em um dos documentos (PDI, PPI, REUNI), exprimem ideias relacionadas ao esporte e ao lazer, sendo o Plano de Desenvolvimento Institucional o documento que mais apresenta aspectos relacionados à temática. Majoritariamente, esses elementos são referenciados nos itens destinados a assistência estudantil e infra-estrutura. A instituição do REUNI nas IES evidencia uma mudança na ênfase em torno do esporte e do lazer, a qual concerne com as diretrizes do programa.

As menções ao esporte e lazer, são na sua maioria, feitas de maneira genérica, em sentenças soltas no texto, evidenciando a prevalência de sentido mais próximo ao senso comum e utilização de chavões como “o acesso a cultura, ao esporte e ao lazer”. As assertivas relacionadas ao tema, em geral, são enunciadas por verbos como apoiar, incentivar, possibilitar, os quais evidenciam uma postura de isenção, de desobrigação da universidade com as questões relacionadas ao esporte e lazer. A utilização desses verbos remete a ideia de que a responsabilidade da proposição de

ações relacionadas ao esporte e lazer no âmbito universitário é de outrem. Assim, as Instituições de Ensino Superior (IES) colocam-se no papel de incentivadoras, eximindo-se da função de proponente.

As alusões ao esporte e lazer nos documentos, frequentemente são referendadas como mecanismos de promoção e facilitação da permanência dos estudantes na instituição e como viés de melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária, especialmente dos estudantes. Considerações sobre a prática de atividades esportivas e de lazer com um fim em si mesmo, como expressão de uma necessidade humana não foram encontradas.

### CONSIDERAÇÕES

É pertinente destacar que essas constatações preliminares ainda são muito incipientes para apontar um entendimento fechado. Embora a pesquisa esteja em andamento, é possível acenar que as Universidades Federais Brasileiras não trazem em seus documentos alusões convergentes às políticas implementadas pelo governo federal e nem assinalam proposições de outra natureza (vivências de esporte e lazer). Apesar de todas as universidades englobadas na investigação, façam referência ao esporte e lazer em seus documentos, especialmente, mencionando a necessidade de apoiar, incentivar essas manifestações, não sinalizam quais atividades referem-se e não preveem propostas objetivas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus. 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Ed. Persona, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LINHALES, Meily Assbú. São as Políticas Públicas para a Educação Física/Esporte e Lazer, efetivamente, políticas sociais? **Motrivivência**: Florianópolis, UFSC, n.11, p. 71-81, set. 1998.

STAREPRAVO, F.A. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. Dissertação (Mestrado em Educação Física)- Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2005.

STRAREPRAVO, F.; *et al.* Esporte Universitário Brasileiro: Uma leitura a partir de suas relações com Estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010.